

OS BANCOS PÚBLICOS

NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA

APRESENTAÇÃO

*Este texto foi solicitado pelo **Sindicato dos Bancários de Brasília** e pela **Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN)** ao consultor econômico e previdenciário Luciano Fazio. Seu propósito é o de estruturar uma contribuição ao debate sob uma visão panorâmica com um lastro técnico, de um vasto assunto, nem sempre de fácil acesso, mas imprescindível. Ao Brasil. A todos os países que lograram êxito em seus processos de desenvolvimento.*

Embora alinhadas com a demanda para pontuar o debate, as opiniões expressas no texto não refletem, necessariamente, a posição das diretorias das entidades signatárias.

A produção e apresentação deste texto são dirigidas ao Seminário de Delegados/as Sindicais do BB, Caixa e BRB, promovido pelo Sindicato dos Bancários de Brasília em 08/06/2016, a fim de preparar a Campanha Salarial de 2016.

Uma campanha que será jogada num cenário desafiante, que impõe combinar reivindicações com estratégia, conhecimento e organização a favor da permanência e do fortalecimento dos bancos públicos. Uma campanha que pedirá mais garra a cada bancário e cada bancária, para a luta contra o dogma e os interesses privatistas, que ora ameaçam, de modo grotesco, as empresas públicas do país.

Brasília, 08 de junho de 2016.



OS BANCOS PÚBLICOS NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA ¹

(texto elaborado em 02 de junho de 2016, como subsídio ao debate)

Luciano Fazio ²

Quatro são os principais elementos que caracterizam o atual cenário dos bancos estatais:

- (a) O grande espaço ocupado pelo Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (Caixa) no setor bancário nacional, com destaque para seus lucros;
- (b) A proposta de abertura de capital da Caixa, já sugerida no governo Dilma Rousseff em 2015 e retomada pelo novo presidente da instituição, no último mês;
- (c) O descrédito da administração estatal das empresas, em consequência das evidências de corrupção trazidas à tona pela operação Lava-Jato, mesmo não dizendo respeito diretamente aos bancos estatais;
- (d) As propostas privatizantes do governo interino de Michel Temer, ainda a ser avaliadas de forma mais precisa, pois não completou sequer um mês.

Diante desse quadro, nos próximos meses, poderá haver medidas de alteração significativa da estrutura e da gestão dos chamados “bancos públicos”, da maneira que os conhecemos hoje. Essa possibilidade merece atenção e preparação por parte do movimento sindical bancário, com vistas ao possível embate.

Eis que o trabalho de justificação dos bancos públicos para a sociedade, sempre necessário, se torna ainda mais urgente, no momento atual.

Tal trabalho parte de um debate com a sociedade sobre o que seja “banco público”, matéria abordada na primeira seção deste texto. Não cabe, contudo, limitar-se a analisar concepções. É necessário considerar as especificidades e o desempenho dos bancos estatais brasileiros, o que será objeto da segunda seção do texto, relativamente a BB, Caixa e Banco de Brasília (BRB). Enfim, na terceira seção, buscar-se-á identificar e analisar possíveis medidas do governo federal interino com impacto para os bancos estatais.

1. O significado de “banco público”

O termo ‘bancos públicos’ faz referência aos bancos estatais. Entretanto, “público” não é sinônimo de “estatal”, trata-se de dois conceitos diferentes. Em particular, todos os bancos têm uma função pública no Sistema Financeiro Nacional - SFN.

De acordo com o dicionário Michaelis, os primeiros significados de verbete “público” são os seguintes:

Público.1 *Pertencente ou relativo a um povo ou ao povo.* **2** *Que serve para uso de todos.*

Pelo primeiro significado, a definição do termo se dá a partir da propriedade. Já pelo segundo, consideram-se a finalidade e o alcance de público da atividade. Nesse segundo entendimento, público é “para todos” e “a serviço do bem comum”.

1 O presente texto foi elaborado em atendimento à solicitação do Sindicato dos Bancários de Brasília e pela Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), conforme a introdução que consta na primeira folha deste trabalho.

2 Matemático e consultor econômico e previdenciário, já foi técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e gestor em fundos de pensão.

A respeito do SFN, a Constituição Federal (CF) não faz distinções a partir da propriedade da instituição financeira, mas atribui a todas elas uma finalidade pública de “servir aos interesses da coletividade”. Vejamos:

Art. 192. *O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que dispõem, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (negritamos)*

Assim, toda instituição financeira deveria ser avaliada também com base nas seguintes perguntas: “Ela tem sido uma facilitadora do desenvolvimento equilibrado do país, ou não? E, se sim: “Em que medida ela vem ajudando?”

Eis a necessidade de regulamentação do SFN para garantir seu efetivo caráter público. Para tanto, nos anos 1990, o movimento sindical bancário lutou pela regulamentação do artigo da CF que trata do assunto. Infelizmente, tal esforço não tem sido vitorioso. Ao contrário, a redação do art. 192, na versão da Carta Magna em 05/10/1988, foi alterada por meio da Emenda Constitucional nº 40/2003e, em claro retrocesso, perdeu aspectos normativos anteriores.

Nos últimos vinte anos, o SFN tem se tornado mais privado, não apenas quanto à propriedade das instituições que o compõem (veja-se as privatizações da maioria dos bancos estaduais), mas também em função das diretrizes de gestão adotadas pelos bancos controlados pelo Estado. Não faltam exemplos de que, em várias oportunidades, os chamados bancos públicos têm se assemelhado aos privados quanto à sua condução.

Os bancos estatais vêm sendo administrados com o objetivo de serem rentáveis. E, na maioria das vezes, o tamanho de seu lucro tem sido o indicador utilizado para avaliar o grau de eficácia e de eficiência dessas instituições, em detrimento de indicadores de resultado.

Paradigmática é a atual definição da missão do Banco do Brasil (BB), a saber:

Nossa Missão: “Banco de Mercado com Espírito Público – é ser um banco competitivo e rentável, atuando com espírito público em cada uma de suas ações junto a toda a sociedade”.

De um lado, menciona-se a competição e a rentabilidade, ou seja, faz-se referência a metas mensuráveis por meio de indicadores objetivos, tais como a participação de mercado e o lucro, respectivamente. Por outro lado, a natureza pública fica reduzida a um genérico “espírito público”, algo subjetivo e de difícil avaliação.

O Banco do Estado do Pará (Banpará), por exemplo, define como sua missão: “Gerar valor para o Estado do Pará, como um Banco autossustentável que atua para o desenvolvimento econômico e social”. E como primeiro entre seus valores: “Lucro como medida de desempenho”.

Ou seja, salvo melhor juízo, a ênfase estratégica está na geração de valor em prol do controlador. Para dirimir eventuais dúvidas, esse valor é medido pelo tamanho do lucro da instituição.

Partindo das premissas de que:

- (a) Via-de-regra, as empresas estatais não podem ter prejuízo, para não impor à sociedade ônus adicionais não planejados;
- (b) A execução de políticas públicas é fundamental para os bancos estatais;

O planejamento e a avaliação dessas instituições deveriam considerar, além do resultado contábil, também a realização de tais políticas, no que lhes couber.

Mensurar o resultado do banco público apenas pelo lucro e a participação no mercado significa adotar uma perspectiva exclusivamente microeconômica, cometendo um equívoco estratégico. Ao contrário, há de se levar em conta também os resultados do banco que atendem aos interesses “gerais” da sociedade, além daqueles “particulares”, por meio de indicadores de cumprimento das metas de programas e políticas públicas.

Veja-se, por exemplo, a política cambial executada pelo Banco Central (BACEN), outro banco estatal. Nela se destacam as operações de “swaps cambiais”, ou seja, vendas de dólares no mercado futuro, onde: (a) o vendedor visa limitar a valorização da moeda norte-americana no mercado à vista; e (b) o comprador procura proteção (hedge) contra a alta do dólar³. No exercício de 2015, essas operações resultaram em perdas de R\$ 102 bilhões para o BACEN⁴. No entanto, a sociedade e o mercado não avaliam negativamente o BACEN por esse tipo de operações, que “serviram aos interesses da coletividade”. Ou seja, mesmo não tendo sido lucrativas, elas se justificam com base em outra lógica e em outros indicadores e não desacreditam a instituição por elas responsável.

O Banco do Brasil (BB), o Banco da Amazônia (BASA), o Banco do Nordeste (BNB), o Banco do Estado do Pará (Banpará), o Banco de Brasília (BRB) são Sociedades por Ações (S/A). Ou seja, neles o Estado busca a parceria de outros proprietários (acionistas), em geral privados, na execução das suas políticas. Para que isso funcione, a gestão do banco, em contrapartida, deve visar uma lucratividade adequada para remunerar os acionistas. Por outro lado, essa forma de organização empresarial limita o banco na realização de operações pouco rentáveis, ainda que plenamente justificáveis quando avaliadas na lógica da ação do Estado.

Já a Caixa Econômica Federal (Caixa) está estruturada como empresa pública de direito privado (sem acionistas). Tal formatação lhe permite mais liberdade no tocante à execução de políticas de interesse do Estado, mesmo que pouco lucrativas. Se, contudo, a instituição for avaliada com base exclusiva em seu lucro, esse seu desenho será de pouco interesse.

A ideia de abertura de capital da Caixa, que circulou na equipe do governo Dilma em 2015, com a oposição do movimento sindical bancário, revela uma visão de que a gestão de um banco estatal poderia e deveria aproximar-se à gestão de um banco privado. O que importa seria o valor financeiro gerado e repassado para seu controlador, que pode passar a ser um conjunto de acionistas, em consequência da transformação da empresa em uma S/A.

Em 2015, a credibilidade das empresas estatais sofreu arranhões, por via de episódios de corrupção e aparelhamento a interesses privados. Esse descrédito, fomentado pela imprensa e por grupos econômicos, favorece os defensores de propostas de privatização das ‘empresas públicas’ e de gestão inspiradas em padrões adotados nas empresas privadas, dificultando a luta em defesa das empresas estatais e de seu caráter “público”.

2. Os bancos estatais no panorama bancário nacional

A partir do Plano Real, está em andamento um processo de crescente concentração do SFN. O estudo do DIEESE “Desempenho dos Bancos em 2015” fornece elementos para analisar o processo e identificar como nele se situam os dois grandes bancos federais.

No final de 2015, os cinco maiores bancos do país (Itaú, Bradesco, Santander, BB e Caixa), com R\$ 5,7 trilhões de ativos totais, respondiam por 80% do sistema. Na área de intermediação financeira, com R\$ 2,9 trilhões de operações de crédito, eram responsáveis por 84% da carteira do sistema. E a incorporação do HSBC pelo Bradesco acentuará ainda mais essa concentração.

3 O Swap é um contrato de troca de riscos. No swap cambial, o BACEN oferece ao investidor venda de dólares, para data futura. No vencimento, não há entrega de dólares, mas o pagamento ao mercado da variação do câmbio no mesmo período, mais um cupom cambial (taxa de juros em dólar). Por sua vez, o investidor fica obrigado a pagar ao BC a variação dos juros DI. Assim, o BC reduz a procura por dólares sem mexer nas reservas internacionais e o investidor se protege da possível alta descontrolada do dólar. Se a valorização cambial for menor do que a variação da taxa DI, o BACEN ganhará. Vice-versa, ele perderá.

4 Ver em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/02/banco-central-registra-lucro-de-r-767-bilhoes-em-2015.html>, acesso em 31/05/2016.

O setor bancário nacional está longe daquele que os economistas chamam de ‘ambiente de concorrência perfeita’. Para tanto, mesmo dentro da concepção de “livre mercado” defendida pelos liberais, seria desejável um número maior de instituições a disputar efetivamente o mercado bancário.

Com exceção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), hoje, os bancos estatais brasileiros não são organizados como instituições limitadas à execução de políticas governamentais ou bancos de desenvolvimento com foco exclusivo para o financiamento de longo prazo de setores empresariais. Ao contrário, em geral, eles são bancos comerciais e múltiplos, característica que lhes permite atuar de forma concorrencial com os bancos privados de varejo.

No encerramento de 2015, o BB consolidado, com R\$ 1,4 trilhões de ativos totais, tem uma participação de 25% no grupo dos cinco maiores bancos. E, com R\$ 814 bilhões, responde por 28% das operações de crédito do mesmo conjunto.

Os ativos totais da Caixa são de R\$ 1,2 trilhões e sua carteira de crédito de R\$ 682 bilhões, de modo que ela responde por 21% dos ativos e 24% das operações de créditos desse grupo de bancos.

Juntos, BB e Caixa respondem por quase a metade (46%) dos ativos totais e por mais da metade (52%) das operações de crédito dos 5 maiores bancos do país. Com uma presença assim caracterizada, os bancos federais brasileiros interferem fortemente no mercado de varejo e condicionam as estratégias dos bancos privados.

Em particular, eles ampliam significativamente a oferta de crédito para o mercado, inclusive com condições mais favoráveis à clientela em um ambiente de crédito caro⁵.

Em 2015, em uma conjuntura recessiva, o saldo das carteiras de crédito dos cinco maiores bancos cresceu nominalmente 7,1% (ou seja, registrou uma retração em termos reais, diante de uma inflação acumulada da ordem de 11% no ano passado). Entretanto, o BB teve um crescimento nominal maior do que a média do grupo (8,6%) e o crédito da Caixa expandiu em 11,9%, ou seja, teve um pequeno crescimento real.

Esse quadro confirma a tendência já verificada no final da década passada quando, em consequência da crise financeira internacional deflagrada em 2008, com a falência do banco de investimento Lehman Brothers nos Estados Unidos, os bancos federais garantiram o crédito ao mercado nacional e limitaram os impactos da crise mundial, exercendo uma função anticíclica e dando suporte à política econômica governamental.

Em 2015, o lucro do BB foi de R\$ 14,4 bilhões (rentabilidade de 16,1%) e o lucro da Caixa de R\$ 7,2 bilhões (rentabilidade de 11,4%). É significativo que, em um mercado por aumento da inadimplência, os bancos federais se mantiveram rentáveis, a confirmar que as instituições do SFN podem “promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade”, sem abrir mão da obtenção de lucro.

Sempre no ano passado, as receitas das operações de crédito dos 5 grandes bancos nacionais tiveram aumento médio de 24,5%. Para o BB e a Caixa, o crescimento foi maior (30,5% e 27,5%, respectivamente).

Sem dúvida, o BB e a Caixa tiram proveito do acesso privilegiado ou exclusivo a recursos de prazo longo e de custo baixo, provenientes de fundos públicos, de contribuições de natureza social ou trabalhista, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de aplicações compulsórias de recursos, como os depósitos judiciais.

No entanto, a participação dos depósitos de pessoas físicas e jurídicas é significativa na composição de seu passivo. Ou seja, o financiamento desses bancos se dá de forma expressiva via mercado bancário nacional. No encerramento do exercício de 2015, os depósitos e as captações no mercado do BB totalizaram R\$ 464 bilhões ou 35% do passivo do banco consolidado (incluindo as coligadas e controladas do banco múltiplo). Na Caixa, os depósitos de clientes somaram R\$ 452 bilhões, equivalentes a cerca de 40% do passivo da instituição.

5 Pelas limitações desse texto, não é citado o ranking das taxas de juros das operações de crédito das instituições financeiras, que mostra a posição dos bancos estatais em relação aos privados. Tal ranking pode ser consultado na página do BACEN em <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/c/TXJUROS>.

Em resumo, os bancos estatais brasileiros são caracterizados pela capacidade de exercer simultaneamente atividades de interesse do Estado, com destaque para a execução de políticas específicas (políticas agrícolas, habitacionais, de comércio exterior, de renda mínima, entre outras) e as atividades propriamente comerciais, que realizam de forma consistente e reconhecida pela sociedade.

Significativamente, BB e Caixa são marcas fortes e consolidadas junto à clientela bancária nacional, com uma grande e capilar rede de atendimento e com uma atuação mercadológica ampla. Assim, eles têm vida própria, no sentido que sua existência não depende apenas das políticas e programas deste ou daquele governo. E sua atuação consegue conciliar e aproveitar as possíveis sinergias entre os dois tipos de atividades.

A peculiaridade dos bancos estatais brasileiros (bancos comerciais e múltiplos) constitui uma característica institucional do SFN e não é consequência da política de um governo ou da visão estratégica de um determinado partido político. Pelo contrário, ela vem caracterizando esses bancos desde a década de 1970, tendo tido confirmação por parte dos sucessivos governos, apesar das diferentes orientações ideológico-partidárias.

O Banco de Brasília – BRB

O BRB está estruturado como banco comercial e múltiplo, da mesma forma de BB e Caixa, guardadas as proporções e a atuação principalmente circunscrita ao DF. Entretanto, ao contrário destes, o desempenho dele em 2015 ficou abaixo da média, com um lucro de R\$ 84 milhões e uma rentabilidade de 7%.

O resultado positivo explica-se principalmente com os ganhos de tesouraria e a utilização de créditos tributários de exercícios anteriores.

O grande problema do BRB está no seu tamanho reduzido que não lhe permite a eficiência suficiente para competir em um mercado extremamente concentrado, como indicado pela comparação das despesas de pessoal (DP), um dos principais itens de custo fixo, com as receitas de serviços e tarifas, um dos principais itens de receita. Em 2015, no BRB, essas receitas cobrem apenas 43,5% das DP, enquanto nos cinco maiores bancos nacionais correspondem a 124% das DP. No exercício de 2014, essa relação foi de 102%, a revelar mais vulnerabilidade do BRB à conjuntura recessiva do país, em relação aos grandes bancos. O cerne do problema não está nas despesas de pessoal do BRB, até porque a redução dos custos fixos tem limites. O foco deve estar em estratégias mais acertadas de alavancar receitas.

O ano de 2015 confirma a tendência preocupante de perda de rentabilidade do BRB nos três últimos exercícios.

O estudo “Repensando estrategicamente o Banco de Brasília”, produzido pelo movimento sindical bancário e parceiros associativos em meados de 2014, já avaliava: *“A perenidade do BRB passa por assegurar a instituição como estratégica para o desenvolvimento do DF e do Centro-Oeste, enquanto banco de Estado, banco público, acima dos governos”*.

Ou seja, o controlador deve tomar decisões mais precisas e acertadas com relação ao BRB. Além da priorização da instituição como instrumento de execução de políticas públicas, outra diretriz estratégica está na expansão em toda a região Centro-Oeste. (especialmente nos setores que têm tido forte crescimento, com destaque para o agronegócio).

Sem conseguir maior volume de negócios para o necessário ganho de escala, o futuro do BRB fica incerto.

Existem várias maneiras de conseguir esse objetivo. O esforço de crescimento apenas por meio da conquista de novos clientes e novos negócios a partir da atual rede de atendimento se revela incapaz de lograr o êxito desejado. Em particular, o BRB continua muito dependente do pagamento da folha de salários do funcionalismo do Governo do Distrito Federal (GDF), que representa cerca de 40% dos clientes “pessoas físicas” do banco. Ainda, a permanência dessa clientela peculiar, até a presente data, se dá por decisão dos poderes públicos locais, com destaque para o Governo do Distrito Federal, e no futuro próximo poderá não se confirmar, pelo fim da exclusividade dos servidores do GDF terem conta salário no BRB ⁶. Tanto a situação atual, quanto a possibilidade futura representam riscos para o BRB.

⁶ Ver a atual discussão no legislativo de Brasília (CLDF) do projeto de emenda à Lei Orgânica do DF (PELO) 35/2016 que pretende por fim à referida disposição.

3. Os atuais desafios para os bancos estatais.

Mesmo que o BB e a Caixa não tenham maiores problemas de gestão, o início do governo interino de Michel Temer tem sido marcado por anúncios e medidas da União que sinalizam alteração da política da União relativa aos bancos estatais federais. Entre eles, destacam-se:

- 1) A redução de verbas do programa habitacional para a população de baixa renda “Minha Casa Minha Vida (MCMV)”, de R\$ 24 para R\$ 7 bilhões em 2016.
- 2) O anúncio de que a operacionalização do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), até hoje realizada por Caixa e BB, será facultada também a bancos privados
- 3) A intenção de abrir o capital da Caixa, iniciando pelas áreas de seguros, loterias e cartão de crédito.

O mote da política do novo governo parece ser “Menos Estado e mais mercado”. Em particular o documento “Uma Ponte para o Futuro”, de outubro de 2015, programa do atual governo federal interino, se inspira para suas formulações no Fórum Econômico Mundial⁷. Ou seja, no receituário do grande capital mundial. Em particular, nele se lê:

*Como mostrou o relatório do Fórum Econômico Mundial, nosso ambiente de negócios não é favorável e vem deteriorando-se com o tempo. **Recriar um ambiente econômico estimulante para o setor privado deve ser a orientação de uma política correta de crescimento.** Tudo isto supõe a ação do Estado.*

No setor bancário nacional, o estímulo ao setor privado significa fazer os interesses dos grupos Itaú, Bradesco e Santander, principalmente. E reduzir o espaço ocupado pelos bancos estatais, independentemente de problemas na atuação destes.

Nessa política do governo Temer, cabe distinguir:

I - As medidas que alteram os programas geridos pelos bancos estatais. Pode haver a extinção de algum programa ou a redução de destinação de recursos da União, como anunciado para o MCMV. Em tese, tais iniciativas poderiam ser justificadas com base no gerenciamento do orçamento federal e no cumprimento das metas fiscais.

No entanto, para a correta análise, elas devem ser compreendidas conjuntamente com as demais decisões na esfera federal (redução da ‘Bolsa Família’, reforma da previdência, encolhimento da saúde e da educação públicas, entre outras) e sinalizam uma política de desmonte da ação social da União.

A ênfase do ajuste fiscal nas declarações programáticas do governo Temer não é acompanhada por um diagnóstico que identifique os problemas principais, que são os altos juros, que beneficiam o setor financeiro em prejuízo da sociedade, e uma tributação regressiva (que onera os pobres e ‘poupa’ os ricos). Ao contrário, o ajuste prevê a drástica redução da ação social do Estado, ou seja, dar-se-á à custa dos setores mais frágeis da população.

Como no caso do FIES, a operacionalização de programas do governo federal por parte de bancos privados, além de garantir receitas a estes, subtraindo-as dos bancos estatais, é coerente com a visão de que ‘banco público’ seria desnecessário e sua atuação substituível por aquela de instituições privadas que assinarem um convênio para execução de programas de interesse do Estado.

⁷ Entidade não governamental sem fins lucrativos, famosa por organizar o encontro anual em Davos, na Suíça. Ela reúne cerca de 2500 pessoas de vários países, das quais a metade são líderes empresariais, cerca de 200 políticos, 200 profissionais dos meios de comunicações, 150 acadêmicos e dez sindicalistas.

Tais medidas não afetam diretamente a estrutura dos bancos estatais e são de mais fácil reversão. Sua implantação pode surtir dois efeitos opostos: (a) a perda de apoio aos 'bancos públicos' por parte da população, que não enxergaria mais vantagens na existência dessas instituições; e (b) a reação dos setores populares, a partir da compreensão de que, sem 'bancos públicos', não haverá políticas sociais adequadas. Qual dos dois cenários irá prevalecer, depende da ação do movimento sindical bancário, entre outros elementos.

II - As medidas que alteram a estrutura dos "bancos públicos". Toda alteração estrutural de um banco é de fácil reversão. A saída do setor de cartão de crédito, seguros e venda da rede dos correspondentes bancários, medidas anunciadas pelo atual Presidente da Caixa, aos olhos do cidadão comum, podem parecer iniciativas de menor impacto. Elas, porém, podem constituir os primeiros "passos" de um desmonte desse 'banco público'.

Sem dúvida, o sucesso e o enraizamento das instituições federais no setor bancário guarda forte relação com seu caráter completo, que lhes permite operar em diferentes frentes mercadológicas e de aproveitar as sinergias que essa atuação proporciona, em termos de custos e oportunidades de negócio.

A saída de áreas específicas de atividade por meio de venda de ativos pode trazer melhoras no resultado do exercício, mas enfraquece a participação no mercado e torna os bancos mais dependentes de verbas estatais ou de fundos públicos.

Por fim, a abertura de capital da Caixa tende a tornar a instituição um "clone" do BB. Uma S/A é mais focada institucionalmente na obtenção de lucro, inclusive para satisfazer os acionistas privados. Entre outros desdobramentos, essa medida pode implicar a futura fusão entre BB e Caixa ou a privatização de uma das duas instituições. Ao tornar os dois bancos mais parecidos, retirando da Caixa suas características peculiares, fica mais fácil questionar a existência de ambos.

O atual Ministro da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles, vem anunciando que o objetivo do governo Temer é de que, em dois ou três anos, o déficit nominal seja praticamente zero.

Está colocada a perspectiva de uma busca de superávit primário gigantesco e a "qualquer custo". Além de um corte das despesas com ações sociais do Estado (ajuste pelo lado das despesas), isso deve significar também algum ajuste pelo lado das receitas. E como o governo Temer vem repetindo enfaticamente de que não haverá aumento dos impostos, é provável que o aumento de receita seja buscado por meio de vendas de ativos, entre os quais se destacam algumas empresas estatais.

Considerando a falta de coordenação das declarações de ministros nesse início de governo interino, talvez o "déficit zero" do Sr. Meirelles não passe de uma frase de efeito a não se confirmar na prática. Contudo, se essa for a política do executivo federal, a depender da eventualidade de Temer governar até 2018, as privatizações de bancos federais estarão no cenário.

BIBLIOGRAFIA

DIEESE. **Desempenho dos bancos em 2015**, em <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2015.pdf>, acesso em 27/05/2016.

JAYME JR., Frederico G.e CROCCO Marco (org.). **Bancos públicos e desenvolvimento**, Rio de Janeiro, IPEA, 2010, 360 páginas.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma Ponte para o Futuro**. São Paulo. 2015 em http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf, acesso em 31/05/2016.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA e outros. **Repensando o Estrategicamente o BRB** – Relatório Final, Brasília, 2014, 24 páginas.